



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº ____, DE _____ DE _____ DE 200__

Versão 09 – 05/08/2009 - suja

Estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a diretriz de integrar a gestão de recursos hídricos à gestão ambiental, como dispõe o inciso III, do art. 3º, da Lei nº 9.433, de 1997;

Considerando a Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, que estabelece critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos; e

Considerando a necessidade de se estabelecer diretrizes gerais para a definição da vazão mínima remanescente a serem observadas ~~nas avaliações nos cálculos~~ de disponibilidade hídrica, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes gerais para a definição das vazões mínimas remanescentes em um curso de água.

Art. 2º Para fins desta Resolução serão adotadas as seguintes definições:

I - Vazão mínima remanescente: a menor vazão a ser mantida no curso de água em seções de controle visando o atendimento aos usos múltiplos de recursos hídricos, dentre eles as necessidades hídricas ambientais.

II – Seção de controle: seção transversal perpendicular à direção principal de escoamento no curso de água utilizada para monitorar a vazão mínima remanescente.

Art. 3º ~~Para Na~~ estimativa da vazão mínima remanescente em uma seção de controle serão considerados:

~~I) a disponibilidade hídrica natural de referência, associada a uma probabilidade de ocorrência ou risco de não atendimento~~

I) a vazão de referência: aquela que representa a disponibilidade hídrica natural do curso de água, associada a uma probabilidade de ocorrência; (**avaliar**)

II) as demandas e características específicas dos usos e ~~das~~ interferências nos recursos hídricos ~~localizados~~ a montante e a jusante;

III) os critérios de gerenciamento adotados nas bacias hidrográficas dos afluentes e do corpo de água receptor.

~~Art. 4º§—1º~~ Cabe à autoridade outorgante estabelecer critérios específicos para a determinação de vazões mínimas remanescentes, preferencialmente em articulação com os demais ~~componentes integrantes~~ do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

§ 21º Na ~~definição~~ ~~determinação~~ de vazões mínimas remanescentes deverão ser consideradas as prioridades e diretrizes estabelecidas nos planos de recursos hídricos.

§ 32º No caso de cursos de água intermitentes, caberá ~~às~~ autoridades outorgantes adotar critérios e procedimentos específicos para ~~determinação da~~ vazão mínima remanescente.

Art. 45º As vazões mínimas remanescentes devem ser utilizadas como limitantes ~~para~~ ~~quando da~~ emissão de manifestações prévias, de outorgas de direito uso de recursos hídricos e nas autorizações de intervenções hidráulicas.

Art. 65º A determinação da vazão mínima remanescente considerará os aspectos temporais e dar-se-á das seguintes formas:

~~aI)~~ permanente, quando deve ser sempre observada;

~~bII)~~ sazonal, quando há períodos regulares em que ~~ela~~ deve ser observada;

~~cIII)~~ temporária, quando adotada de forma excepcional e em caráter provisório.

~~Parágrafo único~~ Art. 7º Em situações de estiagem com comprometimento da disponibilidade hídrica, poderão ser mantidas a jusante de seções de controle, vazões abaixo da vazão mínima remanescente, desde que atendidos os usos prioritários estabelecidos na Lei nº 9.433, de 1997, e aprovadas pela autoridade outorgante.

Art. 68º A vazão mínima remanescente considerada na outorga de direito de uso de recursos hídricos ou ~~de na~~ manifestação prévia poderá sofrer alterações, ~~em relação aos critérios gerais estipulados no artigo 3º~~, nos seguintes casos:

~~I—por deliberação do comitê de bacia hidrográfica, em relação aos critérios gerais, quando houver previsão legal; (vincular ao plano)~~

~~I - por deliberação do comitê de bacia hidrográfica, quando houver previsão legal e em consonância com plano de recursos hídricos da bacia aprovado;~~

~~II - por determinação do respectivo conselho de recursos hídricos;~~

~~III - por solicitação ~~de revisão por parte~~ do usuário de recursos hídricos, ~~com a anuência do órgão ambiental competente; (anuência não cabe aqui) em articulação com o licenciamento ambiental em consonância.~~~~

~~IV—por alterações na legislação do uso de recursos hídricos;~~

~~V – por acordos formais de alocação de água;~~

VI - por ~~manifestação~~ solicitação do órgão ~~de meio ambiente ambiental~~ competente;

VII – ~~devido em decorrência do ao~~ enquadramento do corpo de água.

Parágrafo único. As alterações deverão ser embasadas por estudos técnicos que as justifiquem.

Art. 97º Os procedimentos decorrentes da presente resolução deverão ser realizados, preferencialmente, em articulação com os órgãos competentes do sistema nacional de meio ambiente.

Art. 108º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente

Secretário-Executivo